

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Circular SECEX nº 73 de 31 de julho de 2026 Visualizar medida	Abre Consulta Pública até o dia 02 de setembro, para posicionamento das partes interessadas quanto à implementação do parágrafo 39 do Anexo 18-A do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia. O referido parágrafo estabelece que, no prazo de até um ano após a entrada em vigor do Acordo, as Partes deverão elaborar uma lista de produtos originários dos Estados signatários do Mercosul que contribuam para a conservação, a restauração, o uso sustentável e a gestão de florestas e ecossistemas vulneráveis.
Aviso de Chamamento Pública SERPRO nº 583/2026 UASG 806030 Visualizar medida	Abre Chamamento Público visando a identificação de fabricantes de tecnologias interessados em celebrar acordos de negócio com base nos procedimentos previstos no Regulamento Interno de Contratação de Tecnologia vinculada ao Objeto Social do Serpro (RICTVOS). Para mais informações sobre esta convocação acesse o site.
Aviso de Consulta Pública SERPRO nº 705/2026 Visualizar medida	Abre Consulta Pública, até o dia 14 de agosto, com o objetivo de identificar soluções tecnológicas, empresas fornecedoras e colher contribuições do mercado visando subsidiar a futura contratação de ferramenta de Modelagem de Dados. As contribuições poderão ser feitas através do seguinte endereço eletrônico: consulta publica.supec@serpro.gov.br.
Portaria RFB nº 713 de 30 de julho de 2026 Visualizar medida	<i>"Altera a Portaria RFB nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, que disciplina o atendimento presencial no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil".</i> Explicação: entre outros, a medida permite que os Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e as Agências da Receita Federal (ARF) permaneçam abertos por até quatro horas adicionais exclusivamente para atendimento orientado e protocolo. Também autoriza a dispensa da informação prévia do CPF no agendamento do próprio serviço de inscrição nesse cadastro e atualiza os serviços presenciais, incluindo expressamente a emissão de documentos e a orientação a pessoas físicas e microempreendedores individuais.

**Resolução SUDECO nº 325, de 29
de julho de 2026**

[Visualizar medida](#)

***“Institui a Política de Segurança da Informação - PSI - da
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.”***

Explicação: institui a Política de Segurança da Informação (**PSI**) da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (**Sudeco**), com o objetivo de estabelecer **princípios, diretrizes, normas e procedimentos** para garantir a **proteção das informações e dos dados pessoais** sob responsabilidade da autarquia, bem como disciplinar sua aplicação nas relações com outras entidades públicas e privadas. A política passa a ser **obrigatória para todas as unidades da Sudeco** e deverá ser observada por servidores, empregados, prestadores de serviços e demais usuários autorizados a acessar os ativos de informação da instituição.

Entre as diretrizes estabelecidas, a Resolução determina a adoção de medidas voltadas à preservação da **disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade** das **informações**, à gestão de riscos, à **prevenção de incidentes cibernéticos**, ao controle de acesso aos sistemas, à **proteção de dados pessoais**, à continuidade dos serviços essenciais e ao **fortalecimento da cultura de segurança da informação** por meio de **ações permanentes de capacitação**.

Também define a **estrutura de governança da segurança da informação** da **Sudeco**, atribuindo competências à **Diretoria Colegiada**, ao Comitê de Segurança da Informação e Privacidade (**CSIP**), ao Comitê de Governança Digital (**CGD**), ao Gestor de Segurança da Informação, à Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (**CTIC**), ao **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais**, à **Auditoria Interna**, à Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (**ETIR**) e aos **usuários de informação**.

Além disso, a Resolução disciplina os **processos mínimos de gestão da segurança da informação**, incluindo **gestão de incidentes, ativos, riscos, continuidade de negócios, controles de acesso**, auditoria e gestão de mudanças, prevê a elaboração de normas complementares para temas como classificação da informação, uso de recursos de tecnologia, computação em nuvem, mídias sociais e proteção de dados pessoais, estabelece vedações quanto ao uso inadequado dos recursos de tecnologia da informação e prevê a realização periódica de auditorias, ações de conscientização e revisões da Política, além da aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento.

Ato de Pessoal

Objetivo

Designar: Mauricio de Alexandrino, para exercer a função de **coordenador de Redes, Datacenters e Computação em**

Portaria de Pessoal SE/MAPA nº 994, de 31 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Nuvem, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária (**MAPA**), **dispensando** Claudia Cerqueira Neves de Araujo do cargo supracitado, FCE 1.10.

Portaria MCTI nº 10.233, de 31 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Altera designações para o **Grupo de Trabalho de Comunicação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**, **GT-Comunicação**, para fins de assessoramento ao **Conselho Diretor do FNDCT**.

Portaria MCOM nº 255, de 31 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Designar: Thiago Cosmo Lucena, Luciano de Mendonça Fonseca, e Gustavo Henrique de Souto Silva, para, nesta ordem e sucessivamente, exercerem o encargo de **substitutos** do cargo de **secretário-executivo adjunto**, do Ministério das Comunicações (**MCOM**), CCE 1.17.

Portaria de Pessoal SE/MDIC nº 354, de 31 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Designar: Victor Antonio Pereira, para exercer a função de **coordenador de Tecnologias Emergentes** do Departamento de Transformação Digital e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**), FCE 1.10.

Portaria MJSP nº 1.620, de 30 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Altera os representantes do Poder Executivo Federal que compõem o **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**, no **biênio 2025-2026**.

Portaria SGP/MGI nº 8.956, de 30 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Designar: Plínio Antunes Garcia, para exercer o encargo de **substituto** da função de **coordenador de Transformações Digitais de Alto Impacto**, da Diretoria de Soluções Digitais, da Secretaria de Gestão de Pessoas, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (**MGI**), FCE 1.10.

Portaria de Pessoal FUNAI nº 1.222, de 31 de julho de 2026[Visualizar medida](#)

Dispensar: Thiago Augusto Arcanjo Lima, do encargo **substituto** do **coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação** da Diretoria de Administração e Gestão da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (**FUNAI**), FCE 1.10.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.